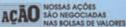


Suzano Papel e Celulose S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2010 ficará marcado na nossa história pela conclusão e divulgação do Plano Suzano 2024. Após um profundo estudo das macro tendências mundiais, dos pontos fortes da Suzano desenvolvidas ao longo de seus 86 anos, e das aspirações dos nossos acionistas e colaboradores, foi possível definir uma visão de longo prazo que vai até o ano 2024, quando o Grupo Suzano completará 100 anos. Diversas iniciativas previstas no Plano Suzano 2024 já foram desenvolvidas em 2010. Atuamos em várias frentes na ampliação no Nordeste, onde duas unidades industriais, no Maranhão e Piauí, começaram a operar, respectivamente, em 2013 e 2014, elevando nossa capacidade de produção de celulose em 3 milhões de toneladas. Avançamos no processo de obtenção de licenças ambientais e aquisição de terras. Foram contratadas cerca de 2.500 pessoas que já trabalham na operação Nordeste. Em julho, anunciamos a criação da Suzano Energia Renovável, empresa que iniciará suas atividades fabricando *pellets* de madeira. Ingressaremos no mercado de biomassa para a produção de energia em 2013. O desenvolvimento desse negócio foi impulsionado pela nossa competência na área florestal e também por nossa capacidade de executar empreendimentos industriais, nosso sólido relacionamento com operadores logísticos e em razão do grande potencial do mercado de biomassa de energia, especialmente na Europa. Para atender a Suzano Energia Renovável estruturamos uma área para prestação de serviço de gestão florestal. Essa área também atenderá outros clientes, tornando-se assim um novo negócio para a Companhia.

Outra frente do Plano Suzano 2024 implementada em 2010 se refere à área de biotecnologia. Adquirimos a empresa FuturaGene, que conta com um centro de pesquisa e desenvolvimento em Israel, além de experimentos de campo no Brasil, nos Estados Unidos e na China. A FuturaGene desenvolveu, nos últimos anos, tecnologias para o aumento de produtividade de eucaliptos e outras espécies florestais destinados à fabricação de celulose, geração de energia e outras aplicações. Essa aquisição reforçará o nosso programa de melhoramento genético de eucalipto, iniciado há três décadas, e realizado por nosso Centro de Tecnologia Florestal. Adicionalmente, no futuro, a biotecnologia florestal será um negócio específico conduzido pela FuturaGene.

Ao final do período, e também em sintonia com o Plano Suzano 2024, anunciamos a aquisição de 50% dos ativos do Consórcio Paulista de Papel e Celulose (Compapel) e de 100% da KSR, maior distribuidora de papéis

Visão Geral

Somos uma empresa de base florestal, de capital aberto, controlada pela Suzano Holding e pertencente ao Grupo Suzano. Com 86 anos de atuação, operamos em dois segmentos: celulose de mercado, comercializada em 31 países e papel, cujo núcleo é integrado por papel revestido, papel não-revestido, celulose e papelcartão, vendido em 86 países, com cerca de 30 marcas, entre elas Report®, TPPremium® e RectiSize®. Ocupamos a posição de segundo maior produtor de celulose de eucalipto do mundo, estamos entre as dez maiores de celulose de mercado e lideramos o mercado de papéis brancos no Brasil/América do Sul.

Operamos por intermédio de três Unidades de Negócio - Florestal, Celulose e Papel - e, em 2010, definimos um novo posicionamento estratégico que contemplou a extensão de nossa atuação para outras duas frentes: biotecnologia, por meio da aquisição da empresa FuturaGene, e energia renovável, com o anúncio da criação da Suzano Energia Renovável. O crescimento orgânico em celulose será concretizado pelas novas unidades de Maranhão e Piauí, que adicionarão 3 milhões de toneladas por ano à nossa capacidade produtiva até 2015. Adquirimos também os outros 50% dos ativos do Consórcio Paulista de Celulose e Papel (Compapel) e a distribuidora KSR, pertencentes à Fibria, que passaram a ser controladas pela Suzano a partir de 01 de fevereiro e 01 de março de 2011, respectivamente.

No Brasil, mantemos cinco unidades industriais - Suzano, Rio Verde, Embu e Limeira (antiga Compapel) no estado de São Paulo e Mucuri no estado da Bahia, além da divisão especializada na distribuição de produtos gráficos SPP - Nemo e KSR. A sede administrativa está instalada na cidade de São Paulo. Contamos com 4.352 colaboradores diretos e cerca de 8 mil em atividades terceirizadas. As áreas florestais próprias, arrendadas e as dos parceiros florestais somam, aproximadamente, 671 mil hectares, sendo 310 mil hectares com florestas plantadas, e estão concentradas na Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Piauí e Tocantins.

No exterior, dispomos de subsidiárias nos Estados Unidos e na Suíça, que comercializam nossos produtos, de escritórios comerciais na China e na Inglaterra (Sun Paper) e de uma distribuidora na Argentina (Stenfar). Encerramos o ano de 2010 com receita líquida operacional de R\$ 4,5 bilhões, 14,2% acima do obtido no exercício anterior, e lucro líquido de R\$ 769,0 milhões.

Nosso atual posicionamento estratégico refletiu em uma nova identidade organizacional de empresa de base florestal, que, revisada em 2010, nos impôs a necessidade de redefinir nossa Missão e Visão e de reforçar nossos Valores. Ser uma empresa de base florestal é a nossa maior vantagem competitiva, nos posicionando como um dos produtores de menor custo caixa de celulose do mundo e líder regional no mercado de papel em que atuamos, além de nos possibilitar extrair da nossa vocação florestal, negócios adjacentes como energia renovável e biotecnologia.

1. Cenário Econômico

O ano de 2010 foi pautado pela incerteza sobre o crescimento das principais economias mundiais em razão das medidas tomadas para evitar a depressão econômica, principalmente nos EUA. Nos principais países emergentes, o crescimento continuou de forma vigorosa, especialmente na China e Brasil, contribuindo com a forte recuperação dos preços dos ativos e gerando preocupações com a criação de bolhas especulativas e pressões inflacionárias. No Brasil, o desempenho da economia continuou robusto ao longo de 2010, terminando o ano com indicadores de vendas no varejo, confiança dos consumidores, desemprego e produção industrial superando as expectativas e apontando para um crescimento da economia de mais de 7%. Impulsionado pela depreciação do Dólar Norte-Americano (Dólar) frente às principais moedas e pelo sentimento de menor aversão a riscos nos mercados emergentes, o Real atingiu o topo de R\$ 1,67/US\$ em 31 de dezembro de 2010, com apreciação de 4,3% frente ao Dólar no ano.

Além disso, os preços das commodities apresentaram alta em 2010. O movimento de depreciação do Dólar em relação às moedas dos principais países produtores de celulose, aliado ao nível de atividade nas economias compradoras do produto, principalmente a chinesa, contribuiu para o aumento do preço, denominado em Dólares, da celulose no mercado internacional. Desta forma, além do Real, o Peso Chileno, o Dólar Canadense e o Yuan apreciaram 7,8%, 5,2% e 3,5% em relação à moeda americana no período, respectivamente. Enquanto isso, o Euro apresentou depreciação de 6,6% em relação ao Dólar no ano.

Este cenário de recuperação econômica global nos traz grandes desafios e oportunidades. De um lado podemos nos beneficiar do aumento no nível de atividade para a melhoria de nossos preços e volumes de vendas e, de outro, teremos que enfrentar a apreciação do Real, que pressiona as margens operacionais.

2. Desempenho Operacional

2.1. Unidade de Negócio Florestal

A Suzano Papel e Celulose foi, em 2010, uma das empresas que mais plantou (67 mil hectares ou 108 milhões de árvores no ano ou 415 mil mudas por dia útil) e consumiu florestas plantadas (cerca de 8,3 milhões de metros cúbicos ou mil hectares) no setor de papel e celulose no País. Nosso grande diferencial consiste na promoção de crescimento sustentável por meio de pesquisa e desenvolvimento florestal há 43 anos.

Possuímos cerca de 671 mil hectares nos estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Tocantins, Piauí e Maranhão. Destes total, 310 mil hectares são ocupados por plantios de eucalipto, 29 mil hectares são destinados à infra-estrutura, 87 mil hectares estão disponíveis para plantio e 256 mil hectares, ou aproximadamente 40% da área total, são destinados à preservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação ambiental, além das áreas de preservação permanente localizadas principalmente às margens de rios.

Já temos grande parte das terras adquiridas para as novas fábricas (Maranhão e Piauí). Para a unidade do Maranhão, além das florestas próprias, já em processo de formação desde 2008, contaremos com o fornecimento de madeira das florestas da Vale (Programa Vale Floresta). Em ambas as localidades foram implementados novos programas de parcerias florestais.

Além disso, temos 100 mil hectares ocupados por plantios de produtores locais nos estados onde atuamos, que participam do Programa de Parceria Florestal e são responsáveis por parte do abastecimento interno. A produtividade média nos melhores 10% de 44 mil hectares/ano. Contamos com a média nacional - a maior do mundo - que é de 41 m³/hectare/ano para o eucalipto, segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas - ABRAF.

Em volume de celulose, atingimos 11 toneladas/hectare/ano nas nossas áreas produtivas. Em plantios experimentais, os novos clones alcançaram 13 toneladas/hectare/ano, ou 18% mais celulose produzida com a mesma área.

Em 2010 firmamos contratos de vendas de ativos florestais de aproximadamente 50 mil hectares em Minas Gerais, sendo cerca de 13 mil hectares com plantios de eucaliptos. O valor de vendas destes ativos foi de R\$ 334 milhões. A desmobilização destes ativos não impactará as operações atuais e projetos futuros. Adicionalmente, em função do foco no desenvolvimento tecnológico de materiais genéticos, pudemos iniciar o plantio em áreas de climas mais secos, como no Maranhão e Piauí. Investimos na diversidade de nosso material genético e desenvolvemos clones com alto potencial de adaptação, garantindo produtividade e resistência a doenças.

Para as novas fábricas, já contamos com experiência e investimento em tecnologia florestal desenvolvida há mais de duas décadas na região. Isto permite plantios comerciais nestas regiões com pouca tradição em silvicultura e com produtividades esperadas acima de 40 m³/hectare/ano. Esse é o resultado de 30 anos de pesquisa e desenvolvimento no Maranhão, onde foram realizados testes com mais de 5 mil clones e dezenas de espécies de eucaliptos.

Detemos, desde 2006, o maior escopo de certificações florestais do mundo, com a ISO 9.001, ISO 14.001, OHSAS 18.001, FSC e Cerflor. Além disso, nossas florestas próprias possuem certificações nacionais e internacionais, um reconhecimento de que nosso manejo atende aos mais altos padrões de exigências sócio ambientais. Continuamos a ampliação das certificações para algumas áreas do Programa de Parceria Florestal por meio de um projeto pioneiro no setor de papel e celulose. Nosso objetivo é tornar os parceiros cada vez mais alinhados aos nossos objetivos de criação de renda sustentável, modernização das relações de trabalho e ampliação do conhecimento pela troca de experiências.

Além de todas essas realizações, otimizamos nossos ativos e buscamos a identificação de novas oportunidades de negócios, assim como de outros usos para a madeira, em sintonia com a nossa estratégia de agregar valor aos nossos ativos florestais.

2.2. Unidade de Negócio Celulose

Produção (mil ton)	2007	2008	2009	2010	2010 x 2009
Volume de Mercado	822,4	1.523,9	1.589,7	1.629,1	1,7%
Volume de vendas de celulose em 2010 foi de 1,6 milhão de toneladas, 9,7% inferior ao volume vendido em 2009. O volume adicional de vendas observado em 2009 foi reflexo da venda de estoques acumulados ao longo da crise financeira internacional.					

Em 2010, o volume de celulose exportado atingiu 1,3 milhão de toneladas, redução de 13,8% em relação a 2009, e representou 81,5% das vendas totais de 2010. A redução no volume exportado ocorreu devido à retração do mercado chinês e, ao mesmo tempo, à oportunidade de vendas adicionais no mercado brasileiro, que cresceram 13,9%.

Nosso mix de vendas ao europeu ao longo de 2010 resultou na maior participação desse mercado no nosso mix de vendas, conforme tabela abaixo.

Destino de vendas de celulose	2010	2009	2010 x 2009
Europa	38,4%	32,9%	5,4 p.p.
Ásia	33,5%	44,9%	-11,4 p.p.
Brasil	18,5%	14,7%	3,8 p.p.
América do Norte	9,3%	6,7%	2,6 p.p.
América do Sul/Central	0,4%	0,9%	-0,4 p.p.
Buscamos maior equilíbrio nas vendas de celulose para os diferentes segmentos de papel em 2010. O resultado foi reduzido em imprimir e escrever (-5 p.p.) e maior participação em <i>tissue</i> (+4 p.p.) e em especialidades (+6 p.p.).			
Vendas por segmento	2010	2009	2010 x 2009
Imprimir e escrever	36%	41%	-5 p.p.
Tissue	32%	28%	4 p.p.
Especialidades	25%	19%	6 p.p.
Outros	7%	12%	-5 p.p.

BALANÇO PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009			31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.484.168	2.261.889	1.921.063	3.735.438	2.533.285	2.176.312				
Contas a receber de clientes	5	1.173.565	1.103.742	1.535.799	792.057	766.174	934.171				
Estoques	6	538.082	510.250	585.867	658.821	615.931	881.586				
Créditos a receber de partes relacionadas	9	1.952	1.500	380	–	–	–				
Tributos a recuperar	7	170.434	237.587	333.700	171.748	238.825	361.025				
Despesas antecipadas	4	4.954	5.226	4.411	5.777	5.319	4.509				
Ganhos em operações com derivativos	24	12.353	11.641	1.737	15.754	12.960	16.939				
Créditos a receber de precatório indenizatório	10	6.279	6.162	–	6.279	6.162	–				
Créditos a receber de imóveis e florestas		10.230	10.817	697	10.230	10.817	697				
Outras contas a receber	20	20.207	35.218	36.562	27.719	41.178	40.778				
Total do ativo circulante		5.422.224	4.184.032	4.420.216	5.423.823	4.230.651	4.415.999				
Não circulante											
Ativo realizável a longo prazo											
Créditos a receber de partes relacionadas	9	811	1.111	49.083	96.110	110.408	152.440				
Impostos e contribuições sociais a compensar	7	96.062	110.407	152.436	–	26.946	11.356	73.033			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	–	–	50.233	55.461	–			
Ganhos em operações com derivativos	24	2.619	9.315	577	11.518	15.089	14.449				
Créditos a receber de precatório indenizatório	10	50.233	55.461	–	50.233	55.461	–				
Adiantamento a fornecedores	11	257.828	243.480	215.632	257.828	243.480	215.632				
Depósitos judiciais	6	36.846	62.194	90.020	40.657	64.969	92.366				
Outras contas a receber	7	79.175	144.202	40.260	86.896	156.691	52.002				
Total do ativo não circulante		523.574	626.170	548.008	570.188	657.454	599.922				
Ativo permanente											
Investimentos	12	580.383	457.073	467.656	–	–	–				
Ativos biológicos	13	1.809.670	1.583.605	1.292.532	1.811.094	1.588.945	1.297.318				
Intangível	14	10.308.047	10.455.146	10.578.089	10.938.493	11.104.453	11.255.372				
Imobilizado	15	34.052	34.052	34.047	169.911	34.052	34.047				
Total do ativo não circulante		12.352.152	12.529.876	12.372.324	12.919.498	12.727.450	12.586.732				
Total do ativo		18.677.950	17.340.078	17.340.548	18.913.509	17.615.555	17.602.658				
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante											
Fornecedores		271.997	262.667	219.067	277.107	268.050	277.318				
Financiamentos e empréstimos	16	1.194.742	1.412.981	1.834.942	1.340.127	1.432.731	1.848.071				
Debêntures	17	42.571	113.747	32.863	42.571	113.747	32.863				
Perdas em operações com derivativos	24	32.863	37.052	150.039	37.390	51.654	151.022				
Impostos a pagar	3	39.095	40.548	10.130	41.731	42.938	36.812				
Remunerações e encargos a pagar	6	69.236	68.980	68.544	71.111	70.785	72.226				
Débitos a pagar para partes relacionadas	9	135.411	19.092	15.917	–	–	521				
Dívidas com compra de terras e reflorestamento	22	59.371	58.756	–	65.362	61.262	–				
Contas a pagar	6	60.345	43.765	45.545	68.336	48.079	54.826				
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	129.020	167.519	470	129.020	167.519	470				
Imposto de renda e contribuição social	8	1.767.255	1.751.983	1.518.878	1.909.352	1.877.438	1.708.751				
Lucros não realizados	21	17.746	12.852	3.582	17.746	12.851	3.582				
Total do passivo circulante		2.098.054	2.244.939	2.484.435	2.075.243	2.258.782	2.477.759				
Não circulante											
Passivo exigível a longo prazo											
Financiamentos e empréstimos	16	4.030.381	4.183.258	4.907.536	5.191.432	4.411.577	5.094.183				
Debêntures	17	582.265	685.963	804.056	582.265	685.963	804.056				
Perdas em operações com derivativos	24	29.296	23.810	11.650	29.891	25.727	54.398				
Débitos a pagar para partes relacionadas	9	1.120.044	174.119	116.892	–	–	–				
Dívidas com compra de terras e reflorestamento	22	44.798	92.381	–	111.438	164.655	–				
Contas a pagar	17	10.352	7.575	3.321	10.352	7.576	3.321				
Provisão para contingências	18	174.397	111.366	147.515	182.428	119.244	153.885				
Provisão para passivos atuais	19	162.691	187.462	128.452	162.691	187.462	128.452				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.767.255	1.751.983	1.518.878	1.909.352	1.877.438	1.708.751				
Plano de remuneração baseado em ações	21	17.746	12.852	3.582	17.746	12.851	3.582				
Total do passivo não circulante		7.939.225	7.230.769	7.681.842	8.197.595	7.492.403	7.950.628				
Patrimônio líquido											
Capital social	2	2.685.183	2.054.430	2.054.430	2.685.183	2.054.430	2.054.430				
Reservas de capital e de lucros	2	5.505.549	2.358.148	1.658.965	2.505.549	2.358.148	1.658.965				
Ajustes de avaliação patrimonial	3	3.449.939	3.451.792	3.460.876	3.449.939	3.451.792	3.460.876				
Total do patrimônio líquido	25	8.640.671	7.864.370	7.174.271	8.640.671	7.864.370	7.174.271				
Total do passivo e patrimônio líquido		18.677.950 </									



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Incentivos fiscais	Opções de ações outorgadas	Especial de ação na incorporação	Ações em tesouraria	Reserva legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2008		2.054.430	303.507	-	108.723	(201.798)	149.315	1.179.532	181.254	-	3.774.963
Ajustes de transição para as normas internacionais de contabilidade	2,3 (j)	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.568)	3.399.308
Mutações internas do patrimônio líquido:											
Compensação de prejuízos acumulados										61.568	
Saldos em 1º de janeiro de 2009		2.054.430	303.507		108.723	(201.798)	149.315	1.117.964	181.254	3.460.876	7.174.271
Resultado abrangente total:											
Lucro líquido do exercício										946.521	946.521
Perda atuarial líquida dos impostos diferidos										(28.556)	(28.556)
Transações de capital com os sócios:											
Juros sobre capital próprio antecipados										(35.296)	(35.296)
Juros sobre capital próprio creditados em 30 de dezembro de 2009										(192.247)	(192.247)
Dividendos complementares originalmente propostos										(3.268)	(3.268)
Reversão da parcela excedente de dividendos mínimos obrigatórios										2.945	2.945
Mutações internas do patrimônio líquido:											
Constituição de reservas de incentivos fiscais			35.715							(35.715)	
Reserva legal							42.666			(42.666)	
Reserva para aumento de capital							563.446		2.945	(566.391)	
Reserva estatutária especial								54.411		(54.411)	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial									(9.084)	9.084	
Saldos em 31 de dezembro de 2009		2.054.430	339.222		108.723	(201.798)	191.981	1.681.410	235.665	3.451.792	7.864.370
Resultado abrangente total:											
Lucro líquido do exercício										768.997	768.997
Ganho atuarial líquido dos impostos diferidos										25.191	25.191
Varição cambial sobre investimento									(632)		(632)
Transações de capital com os sócios:											
Aumento de capital pela conversão de debêntures em ações		218.524									218.524
Ações resgatadas junto ao FINOR						(2.027)					(2.027)
Aquisição de ações de ex-controladores da RIPASA						(23.580)					(23.580)
Distribuição de dividendos complementares excedente ao mínimo obrigatório do exercício anterior										(2.945)	(2.945)
Opções de ações outorgadas				350							350
Juros sobre capital próprio antecipados do exercício										(207.577)	(207.577)
Mutações internas do patrimônio líquido:											
Aumento de capital com reservas		412.229	(303.506)		(108.723)						
Constituição de reservas de incentivos fiscais			30.067								(30.067)
Reserva legal							38.450				(38.450)
Reserva para aumento de capital								455.582			(455.582)
Reserva estatutária especial									50.620		(50.620)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial									(1.221)		1.221
Dividendos complementares propostos	25 (c)									13.113	(13.113)
Saldos em 31 de dezembro de 2010		2.685.183	65.783	350		(227.405)	230.431	2.136.992	286.285	3.449.939	8.640.671

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Receita operacional líquida	28	4.244.727	3.916.614	4.513.883	3.952.746
Lucro dos produtos vendidos		(2.854.990)	(2.784.472)	(3.148.502)	(3.079.210)
Custo bruto		1.389.737	1.132.142	1.365.381	873.536
Receitas (despesas) operacionais		(416.974)	(386.192)	(227.993)	(158.489)
Despesas com vendas		(279.716)	(211.561)	(288.473)	(230.779)
Resultado da equivalência patrimonial	12	137.050	(10.342)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	26	273.729	146.015	302.530	155.353
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.103.826	670.062	1.151.445	639.621
Resultado financeiro, líquido	27	(212.372)	662.643	(252.378)	696.400
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		891.454	1.332.705	899.067	1.326.021
Imposto de Renda e Contribuição Social		8	(120.162)	(126.904)	(190.115)
Correntes		8	(2.295)	(201.540)	(3.166)
Diferidos					
Lucro líquido do exercício		768.997	946.521	768.997	946.521
Lucro líquido do exercício por ação	25 (d)				
Básico ON		1,97777	2,89519	1,97777	2,89519
Básico PNA		2,17555	3,18471	2,17555	3,18471
Básico PNB		2,17555	3,18471	2,17555	3,18471
Diluído ON		1,97657	2,89519	1,97657	2,89519
Diluído PNA		2,17223	3,18310	2,17223	3,18310
Diluído PNB		2,17555	3,18471	2,17555	3,18471

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Lucro líquido do exercício		768.997	946.521	768.997	946.521
Varição cambial sobre investimentos no exterior	(632)	-	(632)	-	-
Ganho (Perda) atuarial	38,168	(43,266)	38,168	(43,266)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12,977)	14,710	(12,977)	14,710	
Total do resultado abrangente		793,556	917,965	793,556	917,965

NOTAS EXPLICATIVAS - 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia
A Suzano Papel e Celulose S.A. (a seguir designada como Companhia ou Suzano) e suas controladas, têm como objeto a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da empresa está localizada em Salvador, Bahia. A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A., que detém 98% das ações ordinárias do seu capital social. A Companhia possui unidades fabris nos Estados da Bahia e de São Paulo. A comercialização de seus produtos no mercado internacional é feita através de vendas diretas e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas no exterior.

1.1 Principais eventos ocorridos no exercício de 2010:
a) Proposta de aquisição de 50% dos ativos do Consórcio Paulista de Papel e Celulose ("Conpacel") e das operações da KSR
Em 21 de dezembro de 2010, a Companhia obteve o aceite, irrevogável e irretirável, da proposta de compra da participação detida pela Fibra Celulose S.A. ("Fibra") nos ativos líquidos do Conpacel e das operações de distribuição de papel da KSR. O preço total de aquisição é de R\$ 1.500 milhões, sendo a liquidação financeira programada em dois montantes: R\$ 1.450 milhões em 31 de janeiro de 2011, referente aos ativos líquidos do Conpacel e R\$ 50 milhões em 28 de fevereiro de 2011, referente a distribuidora KSR (Nota 31 item "a"). O controle sobre esses ativos líquidos passa a ocorrer na liquidação financeira devida.
b) Anúncio de operação de financiamento junto ao BNDES com emissão privada de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações
Em 17 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de uma operação de financiamento junto ao BNDES, no montante aproximado de R\$ 2,7 bilhões, destinada à construção e implantação da infraestrutura de apoio necessária à operação da nova unidade industrial localizada no Estado do Maranhão e, dentre outros, construção de planta de cogeração de energia de biomassa, capital de giro e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais dentro do Programa de Sustentação de Investimento (PSI). A liberação dos recursos ocorrerá de acordo com a implementação das etapas do projeto (Nota 15 item "b").
c) Emissão de títulos no exterior ("Notas due 2021")
Em 23 de setembro de 2010, a Companhia através de sua subsidiária Integral Suzano Trading Ltd. ("Suzano Trading") realizou oferta no exterior de "Notas due 2021" no valor total de US\$ 650.000 mil (Nota 16 item "6").
d) Aquisição de controle da FuturaGene Pte. ("FuturaGene")
Em 13 de julho de 2010, a Companhia através de sua subsidiária Suzano Trading, obteve autorizações das autoridades competentes do Reino Unido para a aquisição do total das ações do capital social da FuturaGene, quando também ocorreu a transferência do controle da companhia. A operação foi liquidada em 19 de julho de 2010, pelo montante de € 55.276 mil equivalente a US\$ 84.169 mil (Nota 12).
A Suzano Trading mantém investimentos não relevantes na adquirida e com esta transação adquiriu a totalidade das ações de controle da FuturaGene com o valor de R\$ 135.859 mil (Nota 15).
e) Criação da Suzano Energia Renovável ("SER")
Em 29 de julho de 2010 a Companhia anunciou a criação da empresa SER que se dedicará à produção de pellets de madeira (biomassa) para energia. O investimento total previsto será de aproximadamente US\$ 800 milhões, com aplicação de recursos em 3 unidades de produção localizadas no nordeste brasileiro com capacidade de 1 milhão de toneladas cada e início de operação previsto entre 2013 e 2014 (informação não auditada). A SER contará com serviços de gestão florestal a serem prestados pela Companhia ou suas controladas.
f) Aquisição das ações remanescentes dos antigos controladores da Ripasa S.A. Celulose e Papel ("Ripasa")
Em 16 de abril de 2010, foram exercidas pelos antigos controladores da Ripasa a opção de venda remanescente das 786.403 ações preferenciais classe "A", sendo que a aquisição de tais ações e consequente liquidação financeira pela Companhia ocorreram no dia 10 de maio de 2010, no montante total de R\$ 42.560, dos quais R\$ 23.580 correspondem ao valor de mercado das ações registrado na rubrica de ações em tesouraria no patrimônio líquido e R\$ 18.980 registrado na rubrica de despesas financeiras (Nota 27).**g) Alienação de Terras e Florestas**
Em 31 de março de 2010 a Companhia apurou um resultado positivo de R\$ 262.996 obtido com a venda de aproximadamente 50 mil hectares de terras em Minas Gerais, sendo cerca de 13 mil hectares com plantios de eucalipto. A alienação ocorreu através da venda de quotas das sociedades de propósito específico Turmalina Silvicultura e Participações Ltda. e Vale do Jequitinhonha Silvicultura e Participações Ltda., as quais detinham os ativos. Adicionalmente, a Companhia registrou uma provisão para obrigações contratuais dessa operação no montante de R\$ 9.678 (Nota 26).**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**
2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas
As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e as de 1º de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com a norma internacional "Reporting Standard - IFRS" emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"). Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, seriam pelo custo ou valor justo.**2.2. Novas normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações de normas**
Foram aprovadas e emitidas até a divulgação dessas demonstrações contábeis, as seguintes normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações de normas, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação:
• As normas abaixo refletem alterações feitas pelo IASB incorporadas aos respectivos CPCs. Dispõe sobre certas compatibilizações de texto visando produzir os mesmos reflexos contábeis que a norma internacional correspondente. Estes novos pronunciamentos não produzem impacto na Companhia:
• CPC 1 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36)
• CPC 2 (R2) - Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21)
• CPC 3 (R1) - Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7)
• CPC 5 (R1) - Divulgação de partes relacionadas (IAS 24)
• CPC 6 (R1) - Operações de arrendamento mercantil (IAS 17)
• CPC 7 (R1) - Subvenção e assistência governamentais (IAS 20 e SIC nº 10)
• As normas abaixo refletem alterações feitas pelo IASB incorporadas aos respectivos CPCs. Dispõe sobre certas compatibilizações de texto visando produzir os mesmos reflexos contábeis que a norma internacional correspondente. A Companhia aplicou referidos pronunciamentos nessas demonstrações contábeis:
• CPC 37 (R1) - Determinação e apresentação do resultado por ações (IASB)
• CPC 41 - Determinação e apresentação do resultado por ações (IASB)
• As Interpretações abaixo não se aplicam às atividades desenvolvidas pela Companhia e, portanto, não trazem efeitos sobre essas demonstrações contábeis:
• Interpretação Técnica ICPC 13 - Direitos a participações decorrentes de fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental
• Interpretação Técnica ICPC 15 - Passivo decorrente de participação em mercado específico - Resíduos de equipamentos eletroeletrônicos
• IAS 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (Revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a delimitação de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada, não são aplicáveis em situações complexas e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revisada do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.
• IFRS 9 Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma

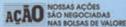
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Receitas		4.815.901	4.392.328	5.085.057	4.458.356
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		331.382	214.220	342.709	200.949
Outras receitas		149.747	89.840	149.747	89.913
Receitas relativas à construção de ativos próprios		(28.511)	(3.398)	(28.511)	(3.398)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		5.268.519	4.692.990	5.548.948	4.745.820
Insumos adquiridos de terceiros		(1.652.363)	(1.718.805)	(1.945.875)	(2.009.683)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(1.499.189)	(1.336.813)	(1.287.914)	(1.114.676)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		295	(5.718)	295	(5.718)
Recuperação (Perda) de valores ativos		(17.474)	-	-	-
Outros		(3.168.731)	(3.061.336)	(3.233.494)	(3.130.077)
Valor adicionado bruto		(2.099.788)	(1.631.654)	2.315.454	(1.615.743)
Depreciação, amortização e exaustão		(517.280)	(512.120)	(525.484)	(521.154)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.582.508	1.119.534	1.789.606	1.094.589
Valor adicionado recebido em transferência		137.050	(10.342)	-	-
Resultado da equivalência patrimonial		224.195	72.311	191.912	123.968
Recetas financeiras		22	1.053	22	1.053
Outras		22	1.053	22	1.053
Dividendos recebidos de investimentos ao custo		361.267	63.022	191.934	125.021
Valor adicionado a distribuir		1.943.775	1.182.556	1.981.540	1.219.610
Distribuição do valor adicionado		501.033	452.454	513.113	461.578
Remuneração direta		398.149	316.286	408.504	324.426
Benefícios		81.965	118.083	83.663	119.066
F.G.T.S		20.919	18.085	20.946	18.086
Impostos, taxas e contribuições		164.619	312.150	181.572	321.950
Federais		189.228	400.007	205.407	406.527
Estaduais		(28.130)	(90.494)	(28.120)	(88.098)
Municipais		3.521	2.637	4.291	3.521
Remuneração de capitais de terceiros					

Suzano Papel e Celulose S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55



NOTAS EXPLICATIVAS - 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Companhia não utilizou as demais isenções constantes no IFRS e CPC 37 (R1) pelos seguintes motivos:

- Arrendamentos - a Companhia optou por revisar os contratos considerando os fatos e circunstâncias na data de transição, não foram identificados impactos uma vez que as práticas adotadas anteriormente pela Companhia e os IFRS já estavam alinhados.
- Pagamento baseado em ações - o tratamento contábil das opções de ações concedidas pela Companhia em períodos anteriores não sofreram impactos, uma vez que as práticas adotadas anteriormente e os IFRS já estavam alinhados.
- Ativos e passivos de controladas - a adoção inicial das novas práticas foi aplicada concomitantemente e de forma consistente em todas as controladas da Companhia.
- Instrumentos financeiros compostos - não há operações envolvendo esse tipo de instrumento financeiro.
- Passivos decorrentes de desativação incluídos no custo do ativo imobilizado - a Companhia não possui passivos relacionados à restauração de ativos.
- Ativos financeiros e ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICP 1 - Contratos de concessão - a Companhia não possui contratos de concessão.

As principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela aplicação inicial do CPC 37 (R1), demais CPCs e interpretações foram as seguintes:

a) Custo atribuído (Deemed cost)
Corresponde à atribuição de um novo custo a determinadas classes de ativos imobilizados, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por peritos independentes, e que compreendem determinadas unidades da Companhia e ativos de sua controlada Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. ("Paineiras").
Os novos custos atribuídos na data de transição estão abaixo apresentados:

	Em 1º de janeiro de 2009					
	Controladora		Novas		Consolidado	
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Práticas contábeis anteriores	Ajustes
Máquinas e equipamentos	4.265.412	2.279.503	6.544.915	4.265.487	2.279.503	6.544.990
Educação	743.968	302.522	1.046.490	744.778	302.522	1.047.300
Terras e fazendas	582.861	2.305.086	2.887.947	688.407	2.661.728	3.350.135
Total geral	5.592.241	4.887.111	10.479.352	5.599.672	5.243.753	10.843.425

Em decorrência do ajuste realizado aos ativos da Companhia, ex controlada Ripasa, a Companhia aplicou o CPC 1 (R1) - Redução ao valor recuperável do ativo aos ativos intangíveis relacionados a esta empresa e registrou uma provisão para não recuperação do ativo mantido naquela data, no montante de R\$ 467.410.
A atribuição de um novo custo às terras e fazendas da controlada Paineiras totalizou o montante bruto de R\$ 356.642 (R\$ 235.383 líquido dos tributos diferidos).
Os ajustes de custo atribuído (deemed cost), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram registrados em contrapartida da rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, em 1º de janeiro de 2009.

b) Ativos biológicos - Reflorestamento
São representados por florestas de eucalipto e foram mensurados ao valor justo (fair value), conforme estabelecido pelo CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola. Pelas práticas contábeis anteriores esses ativos eram registrados ao custo histórico de formação.

c) Passivos atuariais
Na transição para as novas práticas contábeis, a Companhia reavaliou o tratamento dado aos ganhos ou perdas atuariais. Anteriormente estes eram reconhecidos diretamente no resultado e a partir da adoção do CPC 33 - Benefícios a empregados, a Companhia passou a reconhecer prospectivamente os ganhos e perdas atuariais diretamente no patrimônio líquido.

d) Eliminação de lucros não realizados entre operações de venda da controladora para suas controladas
De acordo com o ICP 9 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os resultados não realizados decorrentes de transações entre a controladora e suas controladas devem ser eliminados por seus valores líquidos de impostos, se aplicável, quando da preparação das demonstrações contábeis individuais da Controladora. Consoante facultado pela Instrução CVM 247/96, a Companhia não efetuava tais eliminações em suas demonstrações contábeis individuais, sendo que essas eliminações eram efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas. A Companhia aplicou esse ICP nas demonstrações contábeis da controladora.

e) Lucros acumulados
Os ajustes de valor justo dos ativos biológicos, da eliminação de lucros não realizados na controladora e da provisão para ajuste do ágio, líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foram registrados em contrapartida da rubrica de lucros acumulados, em 1º de janeiro de 2009.

f) Reclasseificações
Para atendimento ao CPC que trata da Estrutura para a Preparação e a Apresentação das Demonstrações Contábeis ("Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"), algumas reclasseificações de saldos contábeis foram realizadas.

Os saldos credores com transações de vendedor foram reclassificados de Contas a Receber de Clientes para Empréstimos e Financiamentos. Os saldos de pagamentos de férias de 13º salário e outros saldos compensáveis pela Companhia no momento da liquidação do passivo, foram reclassificados de Outros Ativos Circulantes para Outras Obrigações com o objetivo de apresentar os saldos líquidos, quando aplicável.

g) Lucro por ação
O lucro por ação passou a ser apresentado com base no resultado do exercício apurado nas demonstrações contábeis e na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado, levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de compra de ações no plano de remuneração baseado em ações e a prevista no contrato de debêntures da 4ª emissão que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

h) Informações por segmentos
A Companhia está divulgando as informações segmentadas de acordo com o seu modelo de negócio atual, segregado em celulose e papel (Nota 28).

i) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, foram calculados o imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota nominal desses impostos.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida quando a Companhia e/ou suas controladas possuem o direito legal para tal compensação, sendo apresentados líquidos no ativo ou passivo não circulante.

j) Informações adicionais às demonstrações contábeis
Apresentamos a seguir as conciliações, entre as práticas contábeis anteriormente adotadas com as novas práticas contábeis, dos saldos do patrimônio líquido e resultado:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	01/01/2009	2009	01/01/2009
Patrimônio Líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores:		4.397.466	3.774.963	4.383.780	3.736.659
Efeitos decorrentes das novas práticas:	3.466.904	3.399.308	3.480.590	3.437.612	
Tratamento do dividendo mínimo obrigatório	2.945	2.945	2.945	2.945	
Custo atribuído (deemed cost)	2.3 (a)	4.873.349	4.887.111	5.229.990	5.243.753
Equivalência patrimonial (Deemed cost)	2.3	235.383	235.383		
Ativos biológicos - Reflorestamento	2.3 (b)	512.346	432.161	512.346	432.161
Passivo atuarial	2.3 (c)	(5.766)	—	(5.766)	—
Provisão para não recuperação do ágio	2.3 (d)	(467.410)	(467.410)	(467.410)	(467.410)
Eliminação de lucro não realizado pela Controladora	2.3 (d)	(19.832)	(106.918)	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.3 (f)	(1.664.110)	(1.581.019)	(1.791.515)	(1.770.892)
Patrimônio Líquido apurado de acordo com as novas práticas contábeis		7.864.370	7.174.271	7.864.370	7.174.271

Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores:

	2010	2009
Efeitos decorrentes das novas práticas:	853.315	877.932
Custo atribuído (deemed cost)	2.3 (a)	13.763
Ativos biológicos - Reflorestamento	2.3 (b)	80.185
Passivo atuarial	2.3 (c)	37.500
Eliminação de lucro não realizado pela Controladora	2.3 (d)	87.085
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.3 (f)	(97.801)
Resultado apurado de acordo com as novas práticas contábeis	946.521	946.521

2.4. Demonstrações contábeis consolidadas
Na adoção das novas práticas contábeis não ocorreram alterações significativas no processo de consolidação das demonstrações contábeis das controladas. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados aos tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

A data base das demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

Conforme requerido pelo CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture), abaixo estão demonstradas as principais informações financeiras da Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. ("Asapir") e do Compacel, a Asapir foi consolidada proporcionalmente conforme acordo de quotas com a Fibria. Os ativos e passivos do Compacel foram proporcionalmente integrados às demonstrações contábeis da controladora.

	2010		Demonstrativo do resultado	2010	
	Asapir	Compacel		Asapir	Compacel
Ativo			Receita operacional líquida		
Circulante	21.397	81.935	Custo dos produtos vendidos	(232)	
Não circulante	38.629	1.170.153	Despesas operacionais líquidas	(5.084)	
Realizável a longo prazo	30.432	15.308	Prejuízo operacional	(4.339)	
Permanente	8.197	1.154.845	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.040	
Imobilizado	8.197	1.151.377	Prejuízo do exercício	(3.299)	
Intangível	—	3.468			
Passivo	60.026	1.252.088			
Circulante	1.519	56.703			
Não circulante	15.830	1.195.385			
Patrimônio líquido	42.677	—			
	60.026	1.252.088			

3.1. Sumário das principais práticas contábeis
3.1.1. Apuração do resultado
As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, excluindo os impostos e os descontos incidentes sobre as vendas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

3.2. Investimentos e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira
a) Investimentos, moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis
A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações contábeis de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, os ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica). Tais controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados são reconhecidos no resultado da Controladora na proporção da participação do investimento.

b) Transações denominadas em moeda estrangeira
Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

As taxas utilizadas na conversão das demonstrações contábeis das controladas no exterior, para a moeda de apresentação das demonstrações contábeis, estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa final		2010	2009
			31/12/2010	31/12/2009		
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	1,6662	1,7412	1,7608	1,9991
CHF	Franco Suíço	Suíça	1,7828	1,6904	1,6877	1,8364
EUR	Euro	União Européia	2,2280	2,5073	2,3363	2,7271
GBP	Libra Esterlina	Reino Unido	2,5876	2,8241	2,7210	3,1103
ARS	Peso Argentino	Argentina	0,4189	0,4582	0,4490	0,5333

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

3.1. Ativos financeiros
São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:
a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

b) Empréstimos (concedidos) e recebíveis
Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

3.2. Passivos financeiros
São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:
a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo
Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3. Valor justo
O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa
Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

3.5. Contas a receber de clientes
Classificadas na categoria de instrumentos financeiros "empréstimos (concedidos) e recebíveis", estão apresentadas a valores de realização, com atualização cambial quando denominadas em moeda estrangeira, e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

3.6. Estoques
Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção que inclua a exaustão dos ativos biológicos, não excedendo o seu valor de realização. As provisões para perda de estoques (pela baixa rotatividade, obsolescência, etc) são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7. Ativos biológicos
São reflorestamentos de eucaliptos para fornecimento de madeira ao processo de produção de celulose e papel. Parte imaterial dessa madeira, e em condições específicas, são destinadas para venda a terceiros. Os reflorestamentos são tratados como ativos biológicos dentro do escopo do CPC 29, e estão registrados e apresentados nas demonstrações contábeis por seu valor justo (fair value).

3.8. Imobilizado
Incluem o custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

Na data de transição para as IFRS, a Companhia e sua controlada Paineiras, fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICP nº 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas Máquinas, Equipamentos, Edificações, Terras e Fazendas para atribuir um novo custo (deemed cost). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada, exceto para Terras e Fazendas que possuem vida útil indefinida.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial que determinou os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

O ativo imobilizado está líquido de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

3.9. Arrendamento mercantil
Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pela vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dependendo das características específicas de cada transação. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados aos custos de capitalização ao longo da duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional, quando contratados, serão reconhecidos como despesa em uma base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

3.10. Intangível
Referem-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009, não estão sendo mais amortizados devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (Nota 15).

As novas transações de aquisições de negócios e seus efeitos estão registrados conforme estabelecido no CPC 15 - Combinação de negócios.

3.11. Provisão para recuperação de ativos
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.12. Provisões
As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, grau de risco provável de desembolso futuro e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências estão apresentadas pelo seu montante líquido dos correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

3.13. Passivos atuariais
Os planos de benefício definido são avaliados por atuário independente, para determinação dos compromissos com os planos de assistência médica e seguro de vida oferecidos aos empregados ativos e aposentados, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, conforme previsto no CPC 33 - Benefícios a empregados. Os juros sobre a obrigação atuarial são contabilizados diretamente no resultado na rubrica de "Outras Despesas Operacionais".

3.14. Outros ativos
Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.15. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os débitos e créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição e diferenças temporárias são constituídos em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

3.16. Subvenções governamentais
As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.17. Pagamentos baseados em ações
Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de: i) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro; e ii) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em ações com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos (i) e (ii) são inicialmente reconhecidas no resultado como despesas administrativas pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.18. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio
A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica de "Dividendos e JCP a pagar" por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos complementares propostos" no patrimônio líquido.

3.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.20. Estimativas contábeis
São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia e de seus controladas. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Tais significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; o cálculo do valor justo dos ativos biológicos; o cálculo do novo custo (deemed cost) para determinados grupos de ativos imobilizados; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de planos de remuneração baseados em ações e de instrumentos financeiros; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme divulgação requerida pelo CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidênciação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3.21. Demonstrações do fluxo de caixa e demonstrações do valor adicionado
As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 3 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo método indireto. Já as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			
--	--------------	--	--	--

Suzano Papel e Celulose S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55



NOTAS EXPLICATIVAS - 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	891.454	1.332.705	899.067	1.336.021
Exclusão do resultado de equivalência patrimonial	(137.050)	10.342	-	-
Lucro após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	754.404	1.343.047	899.067	1.336.021
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	(256.497)	(456.636)	(305.683)	(454.247)
Ajustes ao lucro contábil para o fiscal:				
Tributação do lucro de controladas no exterior	(290)	(123)	-	-
Realização de perda de estoque de controladas no exterior, sem base fiscal para dedução	-	(32.859)	-	(32.859)
Efeito cambial de conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior	-	-	42.462	(3.350)
Tributação sobre os ajustes da Lei nº 11.941/09 registrados nas empresas controladas no exterior	(1.361)	7.814	-	-
Juros sobre capital próprio	70.576	77.364	70.576	77.364
Incentivos fiscais - redução SUDENE	30.067	35.715	30.067	35.715
Incentivos fiscais - inovação tecnológica	4.722	-	4.722	-
Efeito da redução SUDENE sobre o cálculo de diferenças temporárias	34.595	(18.153)	34.595	(18.153)
Gainho não tributável por indenização de precatório	-	19.024	-	19.024
Débitos do Plano Verão conforme Lei 11.941/09	-	(31.564)	-	(31.564)
Reversão de contingência - Reserva Espontânea	-	12.728	-	12.728
Outros	(4.269)	506	(6.809)	5.842
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(120.162)	(184.644)	(126.900)	(190.115)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(2.295)	(201.540)	(3.166)	(199.385)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(122.457)	(386.184)	(130.070)	(389.500)
Alíquota efetiva	16,2%	28,8%	14,5%	29,2%

9. Partes relacionadas

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2010

	Ativo			Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	2010
						Recitas (despesas)
Com empresas consolidadas						
Suzano Trading	693.705 (2)	811	116.075 (1)	1.120.044 (1)	1.686.118 (2)	
Suzano America, Inc.	17	-	-	-	-	
Suzano Europe S.A.	137	-	3.487	-	-	
Paineiras	-	-	6.036	-	-	(26.378)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	7.726 (2)	-	61	-	-	27.709 (2)
OnDurrman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	(11.419)
Asapir	-	-	9.752	-	-	-
Com empresas não consolidadas						
Suzano Holding S.A.	-	-	-	-	-	(19.265)
Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	297	-	13.501 (5)	-	-	29.832 (2)
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	101	-	13.991 (5)	-	-	62.641 (2)
Nova Mercante de Papéis Ltda.	1.242	-	-	-	-	1.046 (2)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(474)
Mabex Representações e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(968)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	-	-	-	(4.029) (3)
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.	-	-	-	-	-	(268)
Acionistas	-	-	129.020 (4)	-	-	-
Consolidado	1.640	-	156.512	-	-	68.515
Controladora	703.225	811	291.923	1.120.044	1.676.030	1.744.545

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Ativo			Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	2009
						Recitas (despesas)
Com empresas consolidadas						
Suzano Trading	610.429 (2)	1.111	2.635	174.119 (1)	1.901.273 (2)	
Suzano America, Inc.	282	-	285	-	-	
Suzano Europe S.A.	149	-	2.902	-	-	
Paineiras	-	-	1.986	-	-	(27.256)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	8.378 (2)	-	33	-	-	26.522 (2)
Asapir	-	-	11.251	-	-	-
OnDurrman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	(2.036)
Com empresas não consolidadas						
Suzano Holding S.A.	-	-	-	-	-	(7.538)
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	66	-	7.237 (5)	-	-	13.383 (2)
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	2.822	-	15.336 (5)	-	-	56.325 (2)
Nova Mercante de Papéis Ltda.	7.740	-	4.563 (5)	-	-	33.487 (2)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(232)
Mabex Representações e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(343)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	-	-	-	(4.203) (3)
Lazam MDS Corretora Adm. Seguros S.A.	-	-	-	-	-	(248)
Acionistas	-	-	167.519 (4)	-	-	-
Consolidado	10.628	-	194.655	-	-	90.631
Controladora	629.866	1.111	213.747	174.119	1.989.134	1.989.134

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Ativo			Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	2009
						Recitas (despesas)
Com empresas consolidadas						
Suzano Trading	610.429 (2)	1.111	2.635	174.119 (1)	1.901.273 (2)	
Suzano America, Inc.	282	-	285	-	-	
Suzano Europe S.A.	149	-	2.902	-	-	
Paineiras	-	-	1.986	-	-	(27.256)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	8.378 (2)	-	33	-	-	26.522 (2)
Asapir	-	-	11.251	-	-	-
OnDurrman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	(2.036)
Com empresas não consolidadas						
Suzano Holding S.A.	-	-	-	-	-	(7.538)
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	66	-	7.237 (5)	-	-	13.383 (2)
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	2.822	-	15.336 (5)	-	-	56.325 (2)
Nova Mercante de Papéis Ltda.	7.740	-	4.563 (5)	-	-	33.487 (2)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(232)
Mabex Representações e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(343)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	-	-	-	(4.203) (3)
Lazam MDS Corretora Adm. Seguros S.A.	-	-	-	-	-	(248)
Acionistas	-	-	167.519 (4)	-	-	-
Consolidado	10.628	-	194.655	-	-	90.631
Controladora	629.866	1.111	213.747	174.119	1.989.134	1.989.134

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Ativo			Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	2009
						Recitas (despesas)
Com empresas consolidadas						
Suzano Trading	610.429 (2)	1.111	2.635	174.119 (1)	1.901.273 (2)	
Suzano America, Inc.	282	-	285	-	-	
Suzano Europe S.A.	149	-	2.902	-	-	
Paineiras	-	-	1.986	-	-	(27.256)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	8.378 (2)	-	33	-	-	26.522 (2)
Asapir	-	-	11.251	-	-	-
OnDurrman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	(2.036)
Com empresas não consolidadas						
Suzano Holding S.A.	-	-	-	-	-	(7.538)
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	66	-	7.237 (5)	-	-	13.383 (2)
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	2.822	-	15.336 (5)	-	-	56.325 (2)
Nova Mercante de Papéis Ltda.	7.740	-	4.563 (5)	-	-	33.487 (2)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(232)
Mabex Representações e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(343)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	-	-	-	(4.203) (3)
Lazam MDS Corretora Adm. Seguros S.A.	-	-	-	-	-	(248)
Acionistas	-	-	167.519 (4)	-	-	-
Consolidado	10.628	-	194.655	-	-	90.631
Controladora	629.866	1.111	213.747	174.119	1.989.134	1.989.134

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Ativo			Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	2009
						Recitas (despesas)
Com empresas consolidadas						
Suzano Trading	610.429 (2)	1.111	2.635	174.119 (1)	1.901.273 (2)	
Suzano America, Inc.	282	-	285	-	-	
Suzano Europe S.A.	149	-	2.902	-	-	
Paineiras	-	-	1.986	-	-	(27.256)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	8.378 (2)	-	33	-	-	26.522 (2)
Asapir	-	-	11.251	-	-	-
OnDurrman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	(2.036)
Com empresas não consolidadas						
Suzano Holding S.A.	-	-	-	-	-	(7.538)
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	66	-	7.237 (5)	-	-	13.383 (2)
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	2.822	-	15.336 (5)	-	-	56.325 (2)
Nova Mercante de Papéis Ltda.	7.740	-	4.563 (5)	-	-	33.487 (2)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(232)
Mabex Representações e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(343)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	-	-	-	(4.203) (3)
Lazam MDS Corretora Adm. Seguros S.A.	-	-	-	-	-	(248)
Acionistas	-	-	167.519 (4)	-	-	-
Consolidado	10.628	-	194.655	-	-	90.631
Controladora	629.866	1.111	213.747	174.119	1.989.134	1.989.134

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

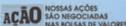
	Ativo			Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	2009
						Recitas (despesas)
Com empresas consolidadas						
Suzano Trading	610.429 (2)	1.111	2.635	174.119 (1)	1.901.273 (2)	
Suzano America, Inc.	282	-	285	-	-	
Suzano Europe S.A.	149	-	2.902	-	-	
Paineiras	-	-	1.986	-	-	(27.256)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	8.378 (2)	-	33	-	-	26.522 (2)
Asapir	-	-	11.251	-	-	-
OnDurrman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	(2.036)
Com empresas não consolidadas						
Suzano Holding S.A.	-	-	-	-	-	(7.538)
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	66	-	7.237 (5)	-	-	13.383 (2)
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	2.822	-	15.336 (5)	-	-	56.325 (2)
Nova Mercante de Papéis Ltda.	7.740	-	4.563 (5)	-	-	33.487 (2)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(232)
Mabex Representações e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(343)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	-	-	-	(4.203) (3)
Lazam MDS Corretora Adm. Seguros S.A.	-	-	-	-	-	(248)
Acionistas	-	-	167.519 (4)	-	-	-
Consolidado	10.628	-	194.655	-	-	90.631
Controladora	629.866	1.111	213.747	174.119	1.989.134	1.989.134

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Ativo			Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não	

Suzano Papel e Celulose S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55



NOTAS EXPLICATIVAS - 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

b) Debêntures da 4ª emissão

A 4ª emissão foi efetuada em agosto de 2006, com data de emissão em 01 de dezembro de 2005, composta de duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$ 80.000 e a segunda no valor nominal de R\$ 160.000, ambas conversíveis em ações, para colocação em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para os acionistas. Foram subscritas pelos acionistas minoritários R\$ 18.081 nominais e o restante, no valor de R\$ 221.919 nominais, foram subscritas pelo BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. ("BNDESPAR"), consorte contrato firmado com essa subsidiária do BNDES. As debêntures da 4ª emissão têm vencimento final em dezembro de 2012, sendo amortizadas em três parcelas anuais, após carência de quatro anos, nas datas de 1º de dezembro de 2010, 2011 e 2012. Os juros anuais são de 2,5% a.a. mais TJLP (até 6%), pagáveis semestralmente nos dias 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano. O percentual de TJLP excedente a 6% a.a. será capitalizado para amortização juntamente com o principal. As debêntures serão conversíveis em ações, a qualquer momento a critério do titular, pelo preço de R\$ 13,84 por ação, a partir de 30 de abril de 2010. Para as ações ordinárias resultantes da conversão o BNDESPAR se obriga a vender e o acionista controlador da Companhia se obriga a comprar tais ações, pelo mesmo preço de conversão mais juros calculados entre a data de conversão e o efetivo pagamento. Em dezembro de 2010, foram convertidas pela BNDESPAR 70.959 debêntures da 1ª série e 141.919 debêntures da 2ª série, as quais resultaram na emissão de 5.263.014 ações ordinárias e 10.526.267 ações preferenciais Classe "A" da Companhia. A totalidade das ações ordinárias resultantes da conversão foi adquirida pela controladora Suzano Holding S.A. (Nota 25).

As debêntures da 4ª emissão possuem cláusulas contratuais restritivas, não financeiras, que se não cumpridas têm o efeito de tornar a dívida exigível à vista. Em 31 de dezembro de 2010, essas cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas.

18. Provisão para contingências

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

	2010			2009		
	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo líquido
Tributárias	(27.924)	147.023	119.099	(7.116)	103.527	96.411
Previdenciárias e trabalhistas	(5.231)	46.536	41.305	(4.991)	16.370	11.379
Cíveis	(201)	4.588	4.387	(201)	3.777	3.576
Outras	-	9.606	9.606	-	-	-
	(33.356)	207.753	174.397	(12.308)	123.674	111.366

	2010			2009		
	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo líquido
Tributárias	(27.924)	147.024	119.100	(7.116)	103.527	96.411
Previdenciárias e trabalhistas	(5.231)	54.571	49.340	(4.991)	24.248	19.257
Cíveis	(201)	4.588	4.387	(201)	3.777	3.576
Outras	-	9.601	9.601	-	-	-
	(33.356)	215.784	182.428	(12.308)	131.552	119.244

A seguir apresentamos a movimentação da provisão para contingências (sem deduzir os depósitos judiciais):

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo inicial	123.674	162.563	131.552	168.933
Complemento/Constituição de provisão	87.408	12.977	87.561	15.408
Reverso de provisão	(12.818)	(64.545)	(12.818)	(64.545)
Atualização monetária	21.713	14.830	21.713	14.830
Liquidação de processos	(12.224)	(2.151)	(12.224)	(3.074)
Saldo final	207.753	123.674	215.784	131.552

Os principais processos são comentados a seguir:

COFINS

A Companhia possui depósitos judiciais de COFINS, no montante de R\$ 33,2 milhões, realizados em processos judiciais nos quais se discute as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/98, sendo R\$ 9,2 milhões relativos à ampliação de base de cálculo, cuja jurisprudência está pacificada a favor do contribuinte, e R\$ 24 milhões referentes à majoração de alíquota, cuja jurisprudência está pacificada a favor da União Federal e para os quais há provisão. Da importância de R\$ 24 milhões que deverá ser convertida em renda, a Companhia poderá recuperar R\$ 12 milhões por força do REJUS/2009 e de decadência reconhecida em processo administrativo.

Outros processos tributários

A Companhia figura no polo passivo em processos judiciais ou administrativos, que envolvem outros tributos, tais como PIS, IPI, ICMS, IR, contribuições previdenciárias, no valor total de R\$ 444,8 milhões, cujo prognóstico é de perda possível.

Processos trabalhistas

A Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 37,6 milhões, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 15,3 milhões, para os quais a perda é considerada possível.

Processos cíveis

A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 4,6 milhões, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 5,7 milhões, para os quais a perda é considerada possível.

19. Passivos atuariais

A Companhia assegura a um grupo pré-determinado de aposentados, de forma vitalícia, três planos de benefícios definidos. São eles:
 • Programa de assistência médica Sepaco: Assegura o custeio de assistência médica junto a uma rede credenciada e ao Hospital Sepaco, para ex-funcionários que requererem aposentadoria até 2003 (até 1998 para os ex-funcionários da antiga Ripasa), bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioria.
 • Programa de assistência médica Bradesco: Assegura o custeio de assistência médica junto ao Bradesco Saúde, para o conjunto de ex-funcionários que, excepcionalmente, segundo critérios e deliberação da Companhia, adquiriram direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98.
 • Seguro de vida: Oferece o benefício de seguro de vida aos aposentados junto ao Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor das obrigações futuras destes benefícios, calculado por atuário independente e registrado pela Companhia, foi de R\$ 162.691 (R\$ 187.462 em 31 de dezembro de 2009). Os métodos atuariais adotados atendem o CPC 33 - Benefícios a empregados. As principais hipóteses atuariais econômicas e biométricas utilizadas para o cálculo em 2010 foram: taxa de desconto de 6,00% a.a., taxa de crescimento dos custos médicos de 3,0% a.a. e tábua biométrica de mortalidade geral AT-83.

A seguir apresentamos um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial:

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Saldo inicial	187.462	128.452
Juros sobre obrigação atuarial (Ganho) Perda atuarial	21.289	15.764
Benefícios pagos no exercício	(7.892)	(20)
Saldo final	162.691	187.462

20. Plano de previdência privada de contribuição definida

Em janeiro de 2005 a Companhia instituiu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender aos seus empregados, denominado Suzano Prev, por meio da contratação de instituição financeira para a sua administração. Ao estabelecer o Suzano Prev, a Companhia definiu que pagará a contribuição relativa aos anos anteriores para todos os colaboradores, por conta de serviços prestados à Companhia em períodos anteriores à constituição do Plano (serviço passado). Tal desembolso será realizado ao longo dos próximos anos, calculado individualmente, até que cada colaborador passe a usufruir dos benefícios do Plano. As contribuições realizadas pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, totalizaram R\$ 4.029 e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$ 6.111 (R\$ 4.204 e R\$ 5.506 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, respectivamente).

21. Plano de remuneração baseado em ações

Descrição dos planos de remuneração baseado em ações com pagamento em moeda corrente
 Para seus principais executivos e membros chave, a Companhia possui plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP") atrelado ao preço da ação da Companhia com pagamento em moeda corrente. São estabelecidas condições gerais de aquisição e de entrega pela Companhia de "ações fantasma" a esses executivos (**beneficiários**), as quais são definidas anualmente em regulamentos específicos e administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

A determinação das quantidades de ações fantasma a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos, determinados com base em: i) cumprimento de metas; ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Gestão; e iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários com aporte de mesmo valor pela Companhia, e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas nos últimos 90 pregões.

As condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas após um período de carência de um a três anos e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data da outorga. As condições de aquisição não são satisfeitas quando: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme item ii) do parágrafo anterior, houver desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, nesses casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; e iii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasma, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasma.

Para os programas de 2004 a 2006 havia limitação de valorização das ações fantasma em 120% do valor de outorga.

O preço de exercício de cada ação fantasma é determinado pela média das ações preferenciais da Companhia nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício, acrescidos pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos entre a data da outorga e o exercício, multiplicados por um percentual de **performance** da Companhia em relação aos seus concorrentes, quando aplicáveis.

Adicionalmente, para certos executivos, a Companhia estabeleceu outro programa de incentivo de longo prazo. Este pagamento ocorrerá no mês de janeiro de cada ano e o valor de mercado da Companhia superará o maior valor de mercado observado nos meses de janeiro dos três últimos exercícios anteriores. O valor da compensação baseia-se no incremento do valor de mercado das ações preferenciais em relação ao mês de janeiro do exercício anterior. O valor de mercado das ações preferenciais da Companhia é estabelecido pela cotação média da ação preferencial, apurada com base nos últimos 90 pregões, multiplicado pelo número total desse tipo de ação.

O programa prevê que tais compensações sejam integralmente aplicadas pelos beneficiários na aquisição, no mercado aberto, de ações preferenciais da Companhia e mantidas em custódia indisponível em percentuais e períodos variáveis ao longo do tempo, tendo como prazo final o exercício de 2011.

A alienação dessas ações pelo beneficiário, fora dos prazos especificados, implica em indenização à Companhia pelo valor total transacionado acrescido de multa de 1% ao mês. Na hipótese de demissão sem justa causa, por parte da Companhia, o beneficiário poderá alienar a totalidade de suas ações sem as limitações de prazo e percentual de retenção.

Em 31 de Dezembro de 2010, o limite máximo de compensações a serem pagas em 2011 relacionadas a este plano para o conjunto dos executivos beneficiados é de US\$ 141 mil.

Plano de remuneração baseada em ações com pagamento em ações ou alternativamente em moeda corrente (Opções de compra de ações preferenciais Classe "A")

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe "A" da Companhia a determinados executivos. Em 10 de agosto de 2009 (data da outorga) e em 11 de agosto de 2010, o Conselho de Administração, por meio de Comissão Especial formada para esta finalidade, aprovou, respectivamente, os Regulamentos e Contratos do Primeiro e Segundo Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia, de opções de compra de ações a executivos, administradores e colaboradores (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos e administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Segundo o Plano, as opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da Companhia, assim como, deverão ser provenientes, conforme venha a ser sugerido pelo Comitê de Gestão e aprovado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Em reunião do Comitê de Gestão realizadas em 10 de agosto de 2009 e 11 de agosto de 2010 (datas das outorgas), foram aprovados o primeiro e o segundo Programa do Plano no qual a Companhia outorgou opções de compra aos beneficiários, assim como, determinou as seguintes condições para que esses passem a ter direito de exercício dessas opções (condições de aquisição e não-aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa, ou pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização, ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções, iii) na ausência da situação i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas opções nos termos definidos pelo regulamento.

Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas Opções. Os períodos de carência e os limites estão abaixo apresentados:

Programa	Período de carência		Quantidade de ações preferenciais classe "A"	
	1a. data de exercício:	de 01/06/2010 a 31/12/2012	62.500 ações ou 12,5% do total de ações sob opção	62.500 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
Programa 1	2a. data de exercício:	de 01/06/2011 a 31/12/2012	Saldo remanescente de ações ou 75% do total de ações sob opção	
	3a. data de exercício:	de 01/06/2012 a 31/12/2012		
	1a. data de exercício:	de 01/08/2013 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção	Saldo remanescente de ações ou 20% do total de ações sob opção
Programa 2	2a. data de exercício:	de 01/08/2014 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção	Saldo remanescente de ações ou 20% do total de ações sob opção
	3a. data de exercício:	de 01/08/2015 a 31/12/2015	Saldo remanescente de ações ou 20% do total de ações sob opção	

O Preço de Exercício foi fixado em R\$ 14,56 por opção para o programa 1 e R\$ 15,53 por opção para o programa 2, deduzidos pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos entre a data da outorga e o exercício da opção, sendo ambos atualizados com base no custo médio ponderado de capital da Companhia ("CMPC") calculado por instituições financeiras renomadas.

Condição exclusivamente aplicável ao Programa 1, se na data de exercício das opções a diferença entre o preço de exercício e o preço unitário das ações preferências classe "A", de emissão da Companhia negociadas na BOVESPA (Preço de Mercado) na data de início de cada período de carência for inferior a R\$ 8,00 (Valor de Referência) ou o beneficiário declarar que não quer exercer a opção total ou parcialmente, a Companhia, alternativamente efetuará um pagamento extraordinário em moeda corrente ("Pagamento Extraordinário") ao beneficiário correspondente ao resultado auferido pelo Valor de Referência multiplicado pela quantidade de opções não exercidas subtraído do total do Preço de Mercado menos Preço de Exercício multiplicadas pela quantidade de opções não exercida.

Em 31 de dezembro de 2010, há 4.154 mil ações preferenciais em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que, eventualmente, serão submetidos os atuais acionistas em caso de os beneficiários exercerem até 2015 todas as opções de compra de ações outorgadas ainda vigentes e não optarem pela alternativa de liquidação e moeda corrente onde aplicável:

	2010
Quantidade de ações (mil)	393.103
Saldo das séries outorgadas em vigor (mil)	1.038
Percentual máximo de diluição de participação societária	0,26%

Resumo das movimentações relativas aos planos de remuneração baseados em ações

Sempre que aplicável, foi considerada a bonificação de ações conforme fato relevante de 30 de abril de 2010.

Incentivo de Longo Prazo - Ações Fantasma

Programa	Data de outorgado	Preço justo da outorga	Preço justo no fim do período	Não exercida por		Exercida por	Total em vigor em 31/12/2010	Preço médio ponderado das ações exercidas	
				exercício	exercício				
ILP2006 (P)	mai/07	23,38	17,17	set/10	Outorgada	Exercida	31.105	-	
ILP2006 (D)	mai/07	16,32	17,17	set/10	15.783	-	15.783	-	
ILP2007 (PN)	mar/08	34,74	19,52	mar/11	146.180	-	146.180	-	
ILP2007 (PA)	mar/08	43,38	14,69	mar/11	10.181	-	10.181	-	
ILP2007 (PE)	ago/08	34,74	19,52	set/14	-	8.996	-	8.996	
ILP2008 (R3)	mar/08	25,68	15,61	mar/11	-	238.670	-	238.670	
ILP2008 (A)	jul/08	34,74	19,52	mar/12	78.019	-	78.019	-	
ILP2009 (A)	jul/08	34,74	19,52	mar/13	78.019	-	78.019	-	
ILP2008 (PN)	jan/09	18,01	19,52	mar/12	23.334	-	23.334	-	
ILP2008 (PN)	mar/09	15,11	19,52	mar/12	276.997	(14.268)	262.729	16,06	
ILP2009 (D)	mar/09	15,11	19,52	mar/12	129.926	-	129.926	-	
ILP2009 (M)	set/09	15,11	19,52	mar/12	209.057	(1.969)	207.088	16,06	
ILP2009	mar/10	23,86	19,52	mar/13	275.448	(4.976)	(14.929)	255.543	16,06
ILP2009 (B)	mar/10	19,29	19,52	set/13	32.406	-	32.406	-	
ILP2009 (J)	mai/10	21,56	19,52	set/13	3.188	-	3.188	-	
ILP2009 (L)	ago/10	20,15	19,52	set/13	4.653	-	4.653	-	
Total					1.561.962	(4.976)	(31.166)	1.525.820	16,06

Controladora e Consolidado

Programa	Data de outorga	Preço justo da outorga	Preço justo no fim do período	2ª data de exercício e liquidação		Exercida por	Não exercida por	Total em vigor em 31/12/2009	Preço médio ponderado das ações exercidas
				1ª data de exercício	2ª data de exercício				
ILP2005	mai/06	10,03	19,87	mar/09	mar/12	10.965	-	10.965	-
ILP2006 (P)	mai/07	23,38	19,87	set/10	set/10	24.884	-	24.884	-
ILP2006 (D)	mai/07	16,32	19,87	set/10	set/13	12.626	-	12.626	-
ILP2007 (PN)	mar/08	34,74	22,58	mar/11	mar/14	120.586	-	120.586	-
ILP2007 (PA)	mar/08	43,38	20,62	mar/11	mar/14	5.227	-	5.227	-
ILP2007 (PE)	ago/08	34,74	22,58	set/14	-	7.197	-	7.197	-
ILP2008 (R2)	mar/08	25,68	18,07	mar/10	-	285.089	-	285.089	-
ILP2008 (R3)	mar/08	25,68	18,07	mar/11	-	190.936	-	190.936	-
ILP2008 (A)	jul/08	34,74	22,58	mar/12	mar/15	62.416	-	62.416	-
ILP2009 (A)	jul/08	34,74	22,58	mar/13	mar/16	62.416	-	62.416	-
ILP2008 (PN)	jan/09	18,01	22,58	mar/12	mar/15	13.879	-	13.879	-
ILP2008 (PN)	mar/09	15,11	22,58	mar/12	mar/15	218.248	-	218.248	-
ILP2009 (D)	mar/09	15,11	22,58	mar/12	mar/15	100.591	-	100.591	-
ILP2009 (M)	set/09	15,92	22,58	mar/12	mar/15	174.597	-	174.597	-
Total						1.289.657		1.289.657	

Suzano Papel e Celulose S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55



NOTAS EXPLICATIVAS - 31 de dezembro de 2009 e 2010 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

d. Derivativos em aberto

As posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência (nacional) em			Valor justo em			Saldo patrimonial em						
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	A receber	31/12/2009	A receber	01/02/2009	A receber	
Swaps em Moeda Estrangeira														
Posição Ativa - US\$ <i>Libor</i>	04/01/2011 até 04/11/2019	1.347.399	1.706.764	1.409.211	1.349.535	1.607.365	1.415.639	-	-	-	-	-	-	-
Posição Passiva - US\$ Taxa Pré		1.347.399	1.706.764	1.409.211	1.410.196	1.660.993	1.483.711	-	-	-	-	-	-	-
SubTotal		-	-	-	(60.661)	(53.628)	(68.072)	62.862	2.201	62.927	9.299	69.291	1.219	-
Valor em Risco (VaR) (1)					2.658	3.736	6.707	-	-	-	-	-	-	-
Swaps de Taxas e Índices														
Posição Ativa - R\$ Taxa Pré	15/03/2011 até 15/03/2013	506.984	10.000	10.000	524.929	11.894	10.530	-	-	-	-	-	-	-
Posição Ativa - TR + Cupom		-	27.500	67.500	-	33.447	76.241	-	-	-	-	-	-	-
Posição Ativa - Cupom US\$		-	-	70.120	525.198	43.770	70.945	-	-	-	-	-	-	-
Posição Passiva - % DI		506.984	37.500	147.620	525.198	43.770	157.616	-	-	-	-	-	-	-
SubTotal		-	-	-	(6.841)	(8.210)	(100)	782	514	-	1.571	1.675	1.775	-
Valor em Risco (VaR) (1)					571	8	2.617	-	-	-	-	-	-	-
Swaps de Moedas - NDF														
Posição Comprada em R\$ x US\$		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição Vendida em R\$ x US\$	03/01/2011 até 08/03/2011	137.262	420.695	701.100	8.490	5.732	(134.454)	-	-	-	-	-	-	-
SubTotal		-	-	-	8.490	5.732	(134.454)	-	8.490	-	5.732	134.454	-	-
Valor em Risco (VaR) (1)					1.305	5.573	25.687	-	-	-	-	-	-	-
Opções de Moedas - Zero Cost Collar														
Posição lançadora em R\$ x US\$ - Compra	02/05/2011	41.656	130.590	-	(38)	(565)	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição titular em R\$ x US\$ - Venda		41.656	130.590	-	3.768	4.353	-	-	-	-	-	-	-	-
SubTotal		-	-	-	3.730	3.788	-	39	3.767	565	4.353	-	-	-
Valor em Risco (VaR) (1)					320	987	-	-	-	-	-	-	-	-
Swaps de Commodities														
Posição Vendida em Celulose BHKP	31/12/2010 até 31/03/2011 (2)	168.953	226.913	90.021	(3.373)	(13.889)	18.449	-	-	-	-	-	-	-
SubTotal		-	-	-	(3.373)	(13.889)	18.449	3.598	225	13.889	-	-	-	18.449
Valor em Risco (VaR) (1)					25	3.687	774	-	-	-	-	-	-	-
Swaps de Commodities - Petróleo														
Posição Comprada em Petróleo	31/12/2010 (2)	16.520	-	-	452	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SubTotal		-	-	-	452	-	-	-	452	-	-	-	-	-
Valor em Risco (VaR) (1)					5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros														
Posição Ativa - Cupom Cambial		333.240	261.180	397.290	55.819	44.700	63.978	-	-	-	-	-	-	-
Posição Ativa - Libor + spread	04/01/2011 até 01/04/2015	116.634	-	-	1.671	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição Passiva - US\$ <i>Libor</i> Fixada		333.240	261.180	397.290	45.402	37.606	54.033	-	-	-	-	-	-	-
Posição Passiva - R\$ x US\$		116.634	-	-	466	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SubTotal		-	-	-	11.622	7.094	9.945	-	11.623	-	7.094	-	9.945	-
Valor em Risco (VaR) (1)					108	79	326	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Total em Swaps					(40.009)	(49.332)	(174.032)	67.281	27.272	77.381	28.049	205.420	31.388	-

(1) VaR com horizonte temporal de 1 dia, com nível de confiança de 95%
(2) Data de liquidação diferente da data de vencimento

As mesmas posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, agrupadas por contraparte, são demonstradas conforme abaixo:

Descrição	Valor de referência (nacional) em			Valor justo em			Saldo patrimonial em	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira								
Contrapartes								
BTG Pactual	245.099	294.139	-	(12.374)	(6.573)	-	-	-
Itaú BBA	486.031	522.359	701.100	(26.506)	(28.587)	(43.551)	-	-
JP Morgan	170.786	322.122	432.345	(6.545)	(8.254)	(11.904)	-	-
Banco Santander	-	31.342	42.066	-	(95)	203	-	-
Merrill Lynch	83.310	-	-	(1.141)	-	-	-	-
Standard Bank	124.965	130.590	233.700	(7.254)	(1.809)	(12.820)	-	-
Standard Chartered	237.209	406.212	-	(6.841)	(8.210)	-	-	-
SubTotal	-	-	-	(60.661)	(53.628)	(68.072)	62.862	2.201
Swaps de Taxas e Índices								
Contrapartes								
Itaú BBA	-	10.000	75.520	-	384	1.033	-	-
Banco Santander	-	27.500	52.100	-	1.187	(670)	-	-
Banco do Brasil	317.000	-	-	381	-	-	-	-
Barclays	10.000	-	-	8	-	-	-	-
Unibanco	-	-	20.000	-	-	(263)	-	-
H5BC	179.984	-	-	(658)	-	-	-	-
SubTotal	-	-	-	(269)	1.571	100	782	514
Swaps de Moedas - NDF								
Contrapartes								
Posição lançadora em R\$ x US\$								
BTG Pactual	-	60.942	-	-	431	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	-	207.781	315.495	-	3.038	(68.912)	-	-
Itaú BBA	3.999	-	46.740	576	-	(12.228)	-	-
Merrill Lynch	89.208	87.060	-	5.270	1.564	(1.059)	-	-
Banco Santander	-	-	58.425	-	-	-	-	-
Standard Bank	2.399	47.500	-	346	386	-	-	-
H5BC	-	-	210.330	-	970	(36.167)	-	-
Rabobank Brasil	41.655	17.412	70.110	2.298	313	(16.088)	-	-
SubTotal	-	-	-	8.490	5.732	(134.454)	-	8.490
Opções de Moedas - Zero Cost Collar								
Contraparte								
Posição lançadora em R\$ x US\$ - Compra								
Merrill Lynch	41.655	43.530	-	(38)	(380)	-	-	-
Standard Bank	-	43.530	-	-	(185)	-	-	-
Votorantim	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição titular em R\$ x US\$ - Venda								
Merrill Lynch	-	43.530	-	-	970	-	-	-
Standard Bank	41.655	43.530	-	3.768	2.413	-	-	-
Votorantim	-	43.530	-	-	970	-	-	-
SubTotal	-	-	-	3.730	3.788	-	39	3.767
Swaps de Commodities - Celulose								
Contraparte								
Nordea Bank Finland P/C	150.958	208.108	90.021	(2.950)	(11.738)	18.449	-	-
Standard Chartered	17.995	18.805	-	(423)	(2.151)	-	-	-
SubTotal	-	-	-	(3.373)	(13.889)	18.449	3.598	225
Swaps de Commodities - Petróleo								
Contraparte								
Standard Chartered	16.520	-	-	452	-	-	-	452
SubTotal	-	-	-	452	-	-	-	452
Outros								
Contraparte								
JP Morgan	449.874	261.180	397.290	11.622	7.094	9.945	-	-
SubTotal	-	-	-	11.622	7.094	9.945	-	11.623
Resultado Total em Swaps								
SubTotal	-	-	-	(40.009)	(49.332)	(174.032)	67.281	27.272

e. Derivativos liquidados

As posições de derivativos liquidados acumuladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência acumulado (nacional) em			Valor justo (de liquidação) acumulado em		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Swaps em Moeda Estrangeira							
Posição Ativa - US\$ <i>Libor</i>	2009: 05/01 até 21/12	3.265.061	1.646.954	-	-	-	-
Posição Passiva - US\$ Taxa Pré	2010: 04/01 até 30/12	3.265.061	1.646.954	607.620	-	-	(2.845)
SubTotal		-	-	-	(43.791)	(14.595)	(2.845)
Swaps de Taxas e Índices							
Posição Ativa - TR + Cupom		27.500	40.000	54.500	-	-	-
Posição Ativa - R\$ Taxa Pré	2009: 28/04 até 03/12	160.000	-	-	-	-	-
Posição Ativa - Cupom US\$	2010: 14/04 até 15/12	-	70.120	-	-	-	-
Posição Passiva - % DI		187.500	110.120	54.500	1.796	(22.185)	(238)
SubTotal		-	-	-	1.796	(22.185)	(238)
Swaps de Moedas							
Posição Comprada em R\$ x US\$	2009: 02/01 até 01/12	390.388	60.942	6.555.285	-	-	-
Posição Vendida em R\$ x US\$	2010: 08/02 até 08/12	2.502.232	824.831	7.677.045	26.855	(71.478)	(27.567)
SubTotal		-	-	-	26.855	(71.478)	(27.567)
Opções de Moedas							
Posição lançadora em R\$ x US\$ - Venda	2010: 01/02 a 01/11	127.835	-	-	-	-	-
Posição titular em R\$ x US\$ - Compra		127.835	-	-	-	-	-
Posição vendida em put (R\$/US\$)		-	-	350.550	-	-	255
SubTotal		-	-	-	2.430	-	255
Swaps de Commodities		</					



NOTAS EXPLICATIVAS - 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

c) Contratos para aquisição de equipamentos com a Metso e Siemens

Em 28 de fevereiro de 2011, a Companhia dando continuidade ao divulgado em Fato Relevante de 03 de setembro de 2010, anuncia que o Conselho de Administração, em reunião realizada nesta data, autorizou a Diretoria a finalizar negociações e a celebrar contratos com a Metso e Siemens para a aquisição dos principais equipamentos para construção da unidade do Maranhão, com bases nas metas estabelecidas. A contratação dos principais equipamentos com a Metso abrangerá basicamente as seguintes áreas: (i) Pátio de Madeira; (ii) Cozimento e Lavagem; (iii) Linha de Fibras; (iv) 2 Secadoras, Enfardamento e Expedição; (v) Caldeira de Recuperação e Biomassa; (vi) Caustificação e Forno de Cal; e (vii) Evaporação. O escopo do

contrato incluirá o fornecimento de equipamentos e atividades correlatas. O contrato a ser celebrado com a Siemens compreenderá a aquisição de turbinas geradoras. Estas aquisições possibilitarão a antecipação de 6 meses no *start-up* da planta, previsto agora para 30 de abril de 2013. O valor total estimado dos investimentos se mantém em US\$ 2,3 bilhões e inclui os equipamentos acima mencionados e os demais equipamentos e serviços necessários que ainda serão contratados. A unidade industrial do Maranhão terá capacidade total anual de 1,5 milhão de toneladas e geração excedente de energia de 100 MW.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Nível 1) apresentamos a seguir demonstrativo da posição acionária de todo investidor ou acionista que detém mais de 5% das ações de cada espécie e classe do capital social da Companhia, de forma direta ou indireta, incluindo pessoa física, em 31 de dezembro de 2010.

Composição Acionária - Suzano Papel e Celulose S.A. - Posição em 31/12/2010
Capital Social - R\$ 2.685.182.767,36

	Ordinárias		Pref. Classe "A"		Pref. Classe "B"		Total	
	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%
Acionista								
Suzano Holding S A	123.240.831	88,00%	694.857	0,26%	2.978	0,15%	123.938.666	30,31%
Bndes Part Sa Bndespar	-	0,00%	17.831.356	6,68%	-	0,00%	17.831.356	4,36%
Ipilf Holding S A	10.000.000	7,14%	-	0,00%	-	0,00%	10.000.000	2,45%
Controladores E Administradores	12.879	0,01%	77.685.586	29,10%	8.067	0,42%	77.706.532	19,00%
Tesouraria	6.786.194	4,85%	2.244.986	0,84%	1.909.699	99,15%	10.940.879	2,68%
Outros Acionistas	-	0,00%	168.469.613	63,11%	5.355	0,28%	168.474.968	41,20%
Total	140.039.904	100,00%	266.926.398	100,00%	1.926.099	100,00%	408.892.401	100,00%

Composição Acionária - Suzano Holding S.A. - Posição em 31/12/2010
Capital Social: R\$ 1.018.819.520,73 (Ago de 30/04/2010)

	Ordinárias		Pref. Classe "A"		Pref. Classe "B"		Total	
	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%
Acionista								
Fanny Feffer	14.630.000	27,50%	12.986.379	25,21%	6.063.196	27,52%	33.679.575	26,57%
Daniel Feffer	9.642.500	18,13%	9.073.332	17,61%	3.991.700	18,12%	22.707.532	17,91%
David Feffer	9.642.500	18,13%	9.072.801	17,61%	3.991.700	18,12%	22.707.001	17,91%
Jorge Feffer	9.642.500	18,13%	9.025.185	17,52%	3.991.700	18,12%	22.659.385	17,88%
Ruben Feffer	9.642.500	18,13%	8.995.554	17,46%	3.991.700	18,12%	22.629.754	17,85%
Outros	-	0,00%	2.369.295	4,60%	3	0,00%	2.369.298	1,87%
Total	53.200.000	100,00%	51.522.546	100,00%	22.029.999	100,00%	126.752.545	100,00%

Composição Acionária - IPLF Holding S.A. - Posição em 31/12/2010
Capital Social R\$ 338.166.982,72 (AGE de 30/04/2010)

	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%
Acionista						
Fanny Feffer	126.764.000	27,50%	1.194	27,48%	126.765.194	27,50%
Daniel Feffer	83.549.000	18,13%	787	18,11%	83.549.787	18,12%
David Feffer	83.549.000	18,13%	787	18,11%	83.549.787	18,12%
Jorge Feffer	83.549.000	18,13%	787	18,11%	83.549.787	18,12%
Ruben Feffer	83.549.000	18,13%	787	18,11%	83.549.787	18,12%
Outros	-	0,00%	3	0,07%	3	0,00%
Total	460.960.000	100,00%	4.345	100,00%	460.964.345	100,00%

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Nível 1) apresentamos a seguir demonstrativo da quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da Companhia que sejam de titularidade, direta ou indireta, do Acionista Controlador, de diretores e membros do Conselho Fiscal, de Administração e Comitê de Gestão, em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Composição Acionária - Suzano Papel e Celulose S.A. - Posição em 31/12/2010
Capital Social - R\$ 2.685.182.767,36

	Ordinárias		Pref. Classe "A"		Pref. Classe "B"		Total	
	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%
Acionista								
Controlador	133.253.710	95,15%	78.380.443	29,36%	11.045	0,57%	211.645.198	51,76%
Tesouraria	6.786.194	4,85%	2.244.986	0,84%	1.909.699	99,15%	10.940.879	2,68%
Conselho Administração	-	0,00%	68.747	0,03%	-	0,00%	68.747	0,02%
Diretoria	-	0,00%	660.431	0,25%	-	0,00%	660.431	0,16%
Conselho Fiscal	-	0,00%	14.202	0,01%	-	0,00%	14.202	0,00%
Comitê De Gestão	-	0,00%	35.581	0,01%	-	0,00%	35.581	0,01%
Outros Acionistas	-	0,00%	185.522.008	69,51%	5.355	0,28%	185.527.363	45,38%
Total	140.039.904	100,00%	266.926.398	100,00%	1.926.099	100,00%	408.892.401	100,00%

Composição Acionária - Suzano Papel e Celulose S.A. - Posição em 31/12/2009
Capital Social - R\$ 2.054.429.845,57

	Ordinárias		Pref. Classe "A"		Pref. Classe "B"		Total	
	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%
Acionista								
Controlador	102.392.557	94,96%	61.945.980	30,20%	8.838	0,57%	164.347.375	51,76%
Tesouraria	5.428.955	5,04%	1.009.584	0,49%	1.527.759	99,15%	7.966.298	2,68%
Conselho Administração	-	0,00%	54.994	0,03%	-	0,00%	54.994	0,02%
Diretoria	-	0,00%	450.811	0,22%	-	0,00%	450.811	0,16%
Conselho Fiscal	-	0,00%	11.631	0,01%	-	0,00%	11.631	0,00%
Comitê de Gestão	-	0,00%	30.735	0,01%	-	0,00%	30.735	0,01%
Outros Acionistas	-	0,00%	141.616.379	69,04%	4.282	0,28%	141.620.652	45,38%
Total	107.821.512	100,00%	205.120.105	100,00%	1.540.879	100,00%	314.482.496	100,00%

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Nível 1) apresentamos a seguir demonstrativo da quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas, em 31 de dezembro de 2010.

Composição Acionária - Suzano Papel e Celulose S.A. - Posição em 31/12/2010
Capital Social - R\$ 2.685.182.767,36

	Ordinárias		Pref. Classe "A"		Pref. Classe "B"		Total	
	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%	Quant. Ações	%
Acionista								
Suzano Holding S.A.	123.240.831	88,00%	694.857	0,26%	2.978	0,15%	123.938.666	30,31%
IPLF Holding S.A.	10.000.000	7,14%	-	0,00%	-	0,00%	10.000.000	2,45%
Tesouraria	6.786.194	4,85%	2.244.986	0,84%	1.909.699	99,15%	10.940.879	2,68%
Outros Controladores	12.879	0,01%	77.685.586	29,10%	8.067	0,42%	77.706.532	19,00%
Administradores *	-	0,00%	729.178	0,27%	-	0,00%	729.178	0,18%
Ações em Circulação	-	0,00%	185.571.791	69,52%	5.355	0,28%	185.577.146	45,39%
Total	140.039.904	100,00%	266.926.398	100,00%	1.926.099	100,00%	408.892.401	100,00%

* Administradores = Diretoria, Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

David Feffer Presidente	Bóris Tabacof Vice-Presidente	Daniel Feffer Vice-Presidente
Conselheiros		
Antônio de Souza Corrêa Meyer Cláudio Thomaz Lobo Sonder	Jorge Feffer Oscar de Paula Bernardes Neto	Marco Antonio Bologna Nildemar Secches

DIRETORIA

Antonio dos Santos Maciel Neto - Diretor Presidente e Relações com Investidores André Dorf - Diretor Executivo de Novos Negócios Bernardo Szipigel - Diretor Executivo de Finanças e Estratégia Carlos Alberto Griner - Diretor Executivo de Recursos Humanos Carlos Anibal Fernandes de Almeida Júnior - Diretor Executivo da Unidade de Negócio Papel Ernesto Peres Pousada Júnior - Diretor Executivo da Área de Operações João Comério - Diretor Executivo da Unidade Florestal

CONSELHO FISCAL

Rubens Barletta Luiz Augusto Marques Paes Jaime Luiz Kalsing
--

COMITÊ DE GESTÃO

David Feffer - Coordenador Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - Membro Antonio dos Santos Maciel Neto - Membro
--

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE E ESTRATÉGIA

Cláudio Thomaz Lobo Sonder - Coordenador David Feffer - Membro Daniel Feffer - Membro Jorge Feffer - Membro
--

COMITÊ DE AUDITORIA

Marco Antonio Bologna - Coordenador David Feffer - Membro Cláudio Thomaz Lobo Sonder - Membro Oscar de Paula Bernardes Neto - Membro

CONTADOR

Daniel Nascimento Contador - CRC 15P198690/O-6/S-BA
--

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,
Os membros do Conselho Fiscal da Suzano Papel e Celulose S.A., em reunião realizada nesta data e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, as Demonstrações Contábeis Consolidadas e as respectivas Notas Explicativas, a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhados do parecer dos auditores independentes, "Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.", bem como a Projeção de Resultados da Companhia, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, os quais estão em conformidade com as prescrições legais e opinam favoravelmente à sua aprovação.

Rubens Barletta

São Paulo, 28 de fevereiro de 2011
Luiz Augusto Marques Paes

Jaime Luiz Kalsing

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Suzano Papel e Celulose S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Suzano Papel e Celulose S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Papel e Celulose S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Suzano Papel e Celulose S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting*

Standards Board - IASB.

ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Suzano Papel e Celulose S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 02 de março de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, as contas de ativo, passivo e de resultado do Consórcio Paulista de Papel e Celulose, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores dos ativos e passivos e das contas de resultado do Consórcio Paulista de Papel e Celulose, incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, está baseada exclusivamente nas opiniões desses auditores. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2 que foram efetuados para alterar as contas de ativo, passivo e resultado do Consórcio Paulista de Papel e Celulose para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Esses ajustes foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis do Consórcio Paulista de Papel e Celulose referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as referidas demonstrações contábeis de 2009 tomadas em conjunto.

Ernst & Young Terco
Quality In Everything We Do

Salvador, 28 de fevereiro de 2011

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC 25P015199/O-6-F-BA

Antonio Carlos Fioravante
Contador CRC-15P184973/O-0/S